

Guardiãs da vida: o papel das mulheres camponesas na mitigação das mudanças climáticas no Rio Grande Do Sul

Guardians of life: The role of peasant women in mitigating climate change in Rio Grande do Sul

Guardianas de la vida: el papel de las mujeres campesinas en la mitigación del cambio climático en Rio Grande do Sul

Vanessa Lazzaretti¹

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4123-6119> . E-mail: vanessalazzaretti03@gmail.com

Recebido em: 17 mar 2025 - Aceito em: 10 jul 2025 – Publicado em: 01 nov 2025

Resumo

Este artigo analisa o papel das mulheres camponesas na mitigação das mudanças climáticas no Rio Grande do Sul, destacando sua importância para a Agroecologia. O objetivo é compreender como essas mulheres, por meio de movimentos sociais como o Movimento de Mulheres Camponesas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Movimento dos Pequenos Agricultores, articulam práticas agroecológicas para enfrentar as alterações climáticas. Utiliza-se como ferramenta o método qualitativo entrevistas narrativas com dirigentes dos referidos movimentos, analisadas por meio da análise de conteúdo. Os resultados apontam que as mulheres são protagonistas em práticas sustentáveis, como a implantação de sistemas agroflorestais e a preservação de sementes crioulas, promovendo resistência ao modelo agrícola dominante do agronegócio. Conclui-se que o feminismo camponês e popular constitui uma estratégia política fundamental, pois fortalece a participação feminina em espaços decisórios, promovendo a justiça ambiental e social, essencial para a sustentabilidade na agricultura familiar e para a mitigação das mudanças climáticas.

Palavras-chave: Movimentos sociais do campo, Agroecologia, Práticas sustentáveis, Feminismo camponês e popular.

Abstract

This article analyzes the role of peasant women in mitigating climate change in Rio Grande do Sul, highlighting their importance for Agroecology. The objective is to understand how these women, through social movements such as Movement of Peasant Women, Movement of Landless Rural Workers, and Small Farmers Movement, incorporate agroecological practices to face climate challenges. Qualitative methods, including narrative interviews with movement leaders, were employed. The results indicate that rural women are leading actors in sustainable practices such as the preservation of heirloom seeds and implementation of agroforestry systems, promoting resistance against the dominant agribusiness model. The study concludes that peasant and popular feminism represents a fundamental political strategy, enhancing women's participation in decision-making spaces, fostering environmental and social justice, which are essential for sustainability in family farming.

Keywords: Rural social movements, Agroecology, Sustainable practices, Peasant and popular feminism.

Resumen

Este artículo analiza el papel de las mujeres campesinas en la mitigación del cambio climático en Rio Grande do Sul, destacando su relevancia para la Agroecología. El objetivo es comprender cómo estas mujeres, mediante movimientos sociales como Movimiento de Mujeres Campesinas, Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra y Movimiento dos Pequenos Agricultores, implementan prácticas agroecológicas para enfrentar los desafíos climáticos. La investigación utilizó métodos cualitativos, con entrevistas narrativas realizadas a líderes de dichos movimientos. Los resultados muestran que las campesinas son protagonistas en la preservación de semillas criollas y en la implementación de sistemas agroforestales, ofreciendo resistencia al modelo agrícola dominante del agronegocio. Se concluye que el feminismo campesino y popular constituye una estrategia política fundamental que fortalece la participación femenina en espacios decisivos, promoviendo justicia ambiental y social, esencial para la sostenibilidad en la agricultura familiar.

Palabras-clave: Movimientos sociales del campo, Agroecología, Prácticas sostenibles, Feminismo campesino y popular.

INTRODUÇÃO

O sexto relatório da Plataforma Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) reforça que o aquecimento global é uma realidade causada principalmente por atividades humanas. Analisando mais de 14 mil estudos científicos, o relatório conclui que as mudanças climáticas estão provocando perturbações generalizadas na natureza e afetando bilhões de pessoas em todo o mundo (IPCC, 2021). Entre os impactos já observados destacam-se o derretimento das calotas polares, o aumento do nível e da acidificação dos oceanos, variações nos regimes de chuva, intensificação de ciclones tropicais, ondas de calor e secas prolongadas, com consequências diretas e indiretas para a agricultura, saúde e alimentação humana (Romanello *et al.*, 2021).

No Brasil, um exemplo claro do impacto das mudanças climáticas foi a tragédia que atingiu o Rio Grande do Sul em maio de 2024. Foram pelo menos 180 mortos e mais de 2,1 milhões de pessoas afetadas. As chuvas intensas e contínuas, combinadas com o aquecimento global, causaram inundações em mais de 400 municípios gaúchos, alagando bairros inteiros e deixando milhares de desabrigados. Este evento ilustra, de maneira dramática, como as mudanças climáticas exacerbam situações extremas, impactando diretamente a vida das pessoas e a infraestrutura das regiões afetadas.

Entre os setores mais impactados por essas mudanças, destaca-se a agricultura, que é extremamente vulnerável às variações climáticas (Martins *et al.*, 2010; Tol, 2018). Dentro deste setor, as agricultoras e agricultores familiares são especialmente afetados devido ao menor acesso aos recursos financeiros e à dependência direta da produção agrícola para sua subsistência. Esta vulnerabilidade se traduz em uma menor capacidade de adaptação às alterações do clima, tanto nas condições atuais quanto nas projeções futuras (Martins *et al.*, 2010; Milanés, 2023).

As mudanças climáticas são um dos maiores desafios a serem enfrentados pela humanidade, uma vez que as questões políticas, sociais e econômicas estão intrinsicamente ligadas ao meio ambiente. Existe uma relação sincrônica entre justiça climática e justiça social, já que os efeitos das mudanças climáticas impactam desproporcionalmente as populações mais vulneráveis e marginalizadas no processo de

tomada de decisão. Essas populações enfrentam falta de oportunidades e de recursos básicos, que são essenciais para garantir proteção e capacidade de reação diante de eventos climáticos graves.

Os efeitos das variações do clima têm impacto desigual, especialmente em países subdesenvolvidos, ampliando as opressões enfrentadas principalmente pelas mulheres. Corpos feminilizados são mais vulneráveis devido à perda de biodiversidade e à destruição de ecossistemas. Mulheres em situação de vulnerabilidade, especialmente as negras, enfrentam maiores desafios econômicos e sociais durante crises climáticas, sanitárias ou ambientais, sendo as primeiras a perder seus empregos ou a sofrer redução de renda (Di Ciommo, 2003; IPCC, 2021). É o que ocorre, por exemplo, em muitas partes do mundo, onde as mulheres são responsáveis por atividades agrícolas e de subsistência, o que as torna particularmente suscetíveis a eventos climáticos extremos e variações sazonais.

De outra parte, diversos estudos têm apontado a relação entre a exploração da mulher e a exploração da natureza (Di Ciommo, 2003; Puleo, 2008; Pasquali, 2023). Destaca-se o fato de que a cultura ocidental estabeleceu uma divisão entre a razão (associada ao masculino) e a natureza (associada ao feminino). Essa dicotomia reforça estereótipos de gênero e justifica a exploração da natureza e das mulheres, prática que não é algo do passado, mas persiste na sociedade moderna, resultando na discriminação de ambas (mulheres e natureza). Nesse contexto, as contribuições e o significado das mulheres e da natureza são relegados a um papel secundário ou passivo, enquanto o primeiro plano é dominado pelas ações e conquistas dos homens e da cultura.

Ao inferiorizar a mulher e a natureza, a cultura ocidental criou uma racionalidade econômica que entende o ser humano como separado da natureza, tratando-a como um provedor ilimitado, sem reconhecer suas próprias necessidades e promovendo a negação da dependência dos processos biosféricos, essenciais para a manutenção da vida. Essa negação desempenha um papel significativo na perpetuação de práticas insustentáveis em relação à natureza, representando uma séria ameaça ao futuro da sociedade ocidental.

Apesar do cenário adverso, as mulheres camponesas do Rio Grande do Sul têm emergido como sujeitos potenciais na promoção de práticas agrícolas que buscam mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Organizadas em movimentos como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), elas não apenas enfrentam os desafios impostos pelas alterações climáticas, mas também protagonizam a construção de práticas sustentáveis e resilientes em seus territórios. Suas ações e experiências oferecem um contraponto ao modelo de desenvolvimento promovido pelo capitalismo produtivo, em especial pelo agronegócio, que, em sua avaliação, ignora as especificidades da vida camponesa e das pequenas propriedades e negligencia a necessidade de preservação dos recursos naturais.

O objetivo deste artigo é analisar como as questões climáticas são incorporadas na agenda de lutas das mulheres camponesas do Rio Grande do Sul. A partir de relatos de experiências de mulheres que integram as coordenações estaduais do MMC, MST e MPA, busca-se compreender de que forma, através da ação direta em seus territórios, elas disputam espaço político para o reconhecimento de seus pontos de vista sobre a produção de alimentos saudáveis e o desenvolvimento sustentável. Além disso, o estudo explora como o feminismo camponês e popular é utilizado como estratégia política para tensionar a luta por participação nos espaços de poder e decisão, tanto no âmbito familiar quanto nos movimentos sociais, a fim de legitimar a igualdade de gênero como ferramenta imprescindível para mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

METODOLOGIA

Este estudo possui natureza qualitativa e está baseado no método de pesquisa narrativa, fundamentado nas contribuições de Jovchelovitch e Bauer (2002), que destacam a entrevista narrativa como uma técnica apropriada para a compreensão aprofundada das experiências e percepções dos sujeitos envolvidos. Para isso, foram realizadas entrevistas narrativas com três dirigentes que atualmente compõem as coordenações estaduais gaúchas dos movimentos sociais selecionados para análise: Movimento de Mulheres

Camponesas (MMC), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

A escolha das entrevistadas se deu por critério intencional, levando-se em conta sua representatividade política, atuação em cargos de coordenação estadual e envolvimento direto nas práticas e discussões sobre Agroecologia, feminismo camponês e popular e mitigação das mudanças climáticas. As entrevistas foram realizadas seguindo um roteiro aberto, visando a espontaneidade das narrativas e permitindo que as participantes destacassem livremente aspectos considerados relevantes em suas vivências e atuação política.

As categorias de análise estabelecidas para o tratamento dos dados coletados são: a) Inserção das mudanças climáticas na agenda política das mulheres camponesas; b) A Agroecologia como alternativa sustentável; c) O papel das sementes crioulas na preservação ambiental; d) Implementação dos sistemas agroflorestais como estratégia de mitigação; e) A relação entre feminismo camponês e popular e autonomia das mulheres.

Para a análise do material empírico, foi adotada a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Esta técnica consiste em um conjunto de procedimentos sistemáticos que buscam, a partir da descrição objetiva e rigorosa do conteúdo das mensagens coletadas, a produção de indicadores que possibilitem inferir sobre os significados latentes das narrativas. A análise de conteúdo foi realizada seguindo três fases principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na fase de pré-análise, o material coletado foi cuidadosamente transcrito e revisado, seguido de leituras flutuantes, com vistas a uma aproximação inicial do conteúdo, identificação preliminar das ideias principais e formulação inicial das categorias temáticas. Na fase de exploração do material, o conteúdo das entrevistas foi sistematicamente organizado segundo as categorias previamente estabelecidas, facilitando a identificação dos elementos discursivos mais significativos e recorrentes. Por fim, na fase de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, realizou-se uma

reflexão aprofundada sobre as categorias de análise, buscando-se relações com os objetivos propostos pelo estudo e confrontação com a literatura acadêmica pertinente.

Este processo metodológico permitiu uma compreensão mais profunda sobre como as mulheres camponesas inserem a temática das mudanças climáticas em suas agendas políticas e como utilizam estratégias específicas, relacionadas à Agroecologia, feminismo camponês e popular e práticas sustentáveis, para enfrentar e mitigar os impactos das mudanças climáticas em seus territórios.

O IMPACTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA VIDA DAS MULHERES

O impacto das mudanças climáticas na vida das mulheres tem sido objeto de estudo crescente, refletindo a interseção entre gênero e meio ambiente. As mulheres rurais, especificamente, desempenham um papel central na agricultura e na gestão de recursos naturais, o que as torna particularmente vulneráveis às mudanças climáticas. Nesta seção, exploramos os principais argumentos presentes na literatura recente sobre o tema, destacando as dimensões econômicas, sociais e de saúde associadas ao debate.

As mudanças climáticas representam uma ameaça significativa para as comunidades rurais em todo o mundo, afetando desproporcionalmente as mulheres. Responsáveis por grande parte da agricultura de subsistência e gestão dos recursos naturais, as mulheres rurais enfrentam desafios únicos devido à sua dependência econômica dos recursos ambientais e suas responsabilidades na manutenção do bem-estar familiar (Verges e Nunes, 2018). De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2011), as mulheres constituem aproximadamente 43% da força de trabalho agrícola nos países em desenvolvimento. No entanto, devido às desigualdades de gênero ainda presentes no meio rural, elas possuem acesso limitado a recursos como terra, crédito e tecnologias, ainda que, historicamente, sejam as principais responsáveis por garantir água e alimentos para suas famílias (IPCC, 2021).

Apesar da falta de acesso a recursos, estudos demonstram que as mulheres rurais desempenham um papel significativo na mitigação das mudanças climáticas através da proteção das florestas, gestão de recursos locais e conhecimentos tradicionais sobre o cuidado com a terra e seus ciclos reprodutivos. Contudo, a marginalização das mulheres

resulta em sua exclusão das decisões relacionadas ao uso e à proteção desses recursos, que, em consequência, levam a práticas insustentáveis de exploração e degradação ambiental (Mies e Shiva, 1997).

Segundo o relatório das Nações Unidas, publicado como Resource Guide on Gender and Climate Change (UNDP, 2009), 70% dos 1,3 bilhões de pessoas que vivem em condição de pobreza no mundo são mulheres, tendência que, segundo Olivera *et al.* (2021), é seguida pela América Latina. 40% das famílias mais pobres do mundo são chefiadas por mulheres. Ao mesmo tempo, estas predominam na produção mundial de alimentos, representando índices entre 50% a 80% da mão de obra. Apesar disso, elas possuem menos de 10% da terra onde esses alimentos são produzidos. As mulheres também são as principais produtoras mundiais de alimentos básicos como arroz, trigo etc., os quais representam até 90% dos alimentos mais consumidos pelas populações mais pobres.

Conforme o mesmo documento, dentre os 960 milhões de analfabetos no mundo, dois terços são mulheres, sendo que as principais razões que obstaculizam o acesso à escola, para as meninas, em especial, se devem ao fato de que elas são responsáveis pela coleta de recursos naturais para sobrevivência, como água. Além disso, outro dado que demonstra a situação de vulnerabilidade das mulheres quanto ao fator meio ambiente, é que estas recebem 70% do salário pago aos homens pelo mesmo tipo de trabalho, tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Em outras palavras, com menos acesso à informação e a recursos econômicos, sua capacidade de resposta a situações de risco ambiental é menor e, por isso, agravada (UNDP, 2009).

É da análise dos índices de pobreza e de vulnerabilidade que decorre a preocupação com a questão da desigualdade de gênero e a forte presença das mulheres como mais suscetíveis ao sofrimento gerado por mudanças e adversidades decorrentes do clima. Segundo a publicação de estratégia de igualdade de gênero de 2022-2025 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento:

As atuais modalidades de consumo e produção são insustentáveis e injustas, causando danos ambientais que afetam de forma desproporcional as pessoas marginalizadas, que são aquelas que menos contribuíram para a crise. A desigualdade de gênero é um dos principais obstáculos para promover a dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável. A degradação da terra, o

desmatamento, a escassez de água e a poluição aumentam a pobreza e a fome de todas as pessoas, especialmente das mulheres, e intensificam sua carga de trabalho remunerado e não remunerado (UNDP, 2022, tradução nossa).

A interconexão entre a exploração da natureza e a opressão das mulheres está fortemente vinculada à perspectiva de desenvolvimento, particularmente com a influência do capitalismo produtivo, que valoriza a monocultura em detrimento da produção diversificada. As práticas agrícolas intensivas propostas por esse modelo tendem a promover a supressão da diversidade genética, o que pode levar à perda de variedades de plantas e animais (Pasquali, 2023). Segundo Mies e Shiva (1997), essa perda de diversidade anda lado a lado com a marginalização das mulheres e se constitui como um processo prejudicial para a resiliência dos ecossistemas, tornando-os mais suscetíveis a doenças, pragas e mudanças climáticas.

Trata-se de uma visão crítica que aborda como o desenvolvimento desenfreado, muitas vezes impulsionado pelo sistema econômico capitalista, pode ter efeitos negativos tanto no ambiente natural quanto nas mulheres e naqueles que dependem delas. De acordo com Aymoré (2020):

[...] em sua vertente desenvolvimentista, não é apenas a natureza que é afetada, mas as mulheres e os que dependem mais diretamente dos seus cuidados. Não por acaso a aproximação entre a natureza e a mulher permanece na tensão entre, por um lado, uma relação que dignifica por atribuir a capacidade de produzir e de reproduzir vida aos dois elementos relacionados, e, por outro lado, uma relação que reduz a experiência das mulheres e da natureza, pois a sua aproximação também se dá por serem marcadas por relações de dominação, exercidas pelo capitalismo produtivo sem limites (Aymoré, 2020, p. 185).

Esses efeitos negativos do capitalismo produtivo de superexploração da natureza, por sua vez, são sentidos de forma ainda mais direta pelas mulheres rurais, uma vez que nos países do chamado “terceiro mundo”, a agricultura é a fonte mais importante de subsistência feminina.

A agricultura e outras atividades relacionadas são a fonte de subsistência mais importante para as mulheres no Terceiro Mundo. [...]. No Terceiro Mundo, a maioria dos que trabalham em pequenas explorações agrícolas são mulheres, embora tenham permanecido invisíveis e negligenciadas nos programas oficiais de desenvolvimento agrícola. Na medida em que as políticas se centram no comércio internacional de alimentos, visam marginalizar ainda mais as economias familiares e domésticas de produção alimentar, nas quais as

mulheres desempenham um papel significativo (Mies e Shiva, 1997, p. 27, tradução nossa).

Conforme sustentam as autoras, a agricultura de subsistência possui grande importância na vida das mulheres rurais. Nas pequenas propriedades elas são responsáveis por tarefas que envolvem o plantio, cultivo, recolhimento e preparo dos alimentos que garantem a reprodução familiar. Além disso, ao desenvolver essas tarefas, as mulheres preocupam-se em adotar práticas sustentáveis. Analisando o caso de comunidades do meio rural da Índia, Mies e Shiva (1997) descrevem que o trabalho das mulheres na agricultura de subsistência baseia-se, por exemplo, na utilização e gestão múltipla da biomassa para obter forragens, fertilizantes, alimentos e combustível. A colheita de forragem nas florestas faz parte de um processo de transferência de fertilidade com vista à produção agrícola, à gestão do solo e à estabilidade do ciclo da água.

Observa-se, portanto, que, apesar de sofrerem os impactos das mudanças climáticas de forma mais intensa, as mulheres desempenham um papel fundamental na gestão de recursos naturais e de sustentabilidade na produção agrícola, embora sua contribuição possa ser subestimada ou negligenciada. O relatório da 52ª Sessão das Nações Unidas sobre o Status da Mulher afirma que, devido à responsabilidade histórica das mulheres em fornecer recursos para suas casas e comunidades, elas possuem um conhecimento inestimável na elaboração de estratégias para garantir a subsistência em novas realidades ambientais (Daza e Lippi, 2019).

Além das práticas agrícolas, elas também atuam na transmissão do conhecimento tradicional e saberes na conservação da biodiversidade. Não obstante, essas tarefas comumente não são consideradas parte formal da economia, levando à falta de reconhecimento e de remuneração, que não possui somente implicações econômicas, mas, também, sociais e culturais.

COMO AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS ENTRAM NA AGENDA DE LUTAS AS MULHERES CAMPONESAS DO MMC, MST E MPA

A crescente preocupação com as mudanças climáticas tem influenciado significativamente a pauta política dos movimentos sociais do campo, particularmente

entre os grupos de mulheres camponesas. Esta seção analisa como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) têm integrado a temática climática em suas agendas de luta, evidenciando a articulação de demandas específicas de gênero e sustentabilidade ambiental. Através de relatos de experiências de mulheres dirigentes de cada um dos movimentos, busca-se compreender de que maneira as práticas e saberes tradicionais são articulados com vistas à mitigação e adaptação às mudanças climáticas, contribuindo para uma agenda política que alia a igualdade de gênero à justiça social e ambiental.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi oficialmente fundado em 1984, mas suas raízes remontam ao início dos anos 1980 com a ocupação de terras na Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Conforme Navarro (2009), o movimento surgiu em resposta à concentração fundiária e às políticas de modernização agrícola que marginalizavam os pequenos agricultores. De acordo com Furlin (2013), desde a gênese do MST, as mulheres desempenharam um papel crucial nas mobilizações e acampamentos, participando de forma igualitária com os homens e enfrentando agressões policiais. No entanto, a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão do movimento enfrentou vários obstáculos, muitos dos quais persistem até hoje. Muitas mulheres se viam obrigadas a cuidar dos filhos e da casa, limitando sua participação nos momentos de formação e de decisões políticas.

Apesar desses desafios, a organização das mulheres dentro do MST foi fundamental para promover sua participação. Em 1986, foi criada uma comissão de mulheres, que nos anos 2000 estruturou-se como Setor de Gênero, para discutir seus problemas e pressionar o movimento a se sensibilizar com suas reivindicações. Fruto da mobilização permanente das mulheres na busca por espaço nas esferas de decisão, atualmente o MST incentiva sua participação em todos os níveis de organização. Com o tempo, as mulheres começaram a ocupar mais espaços de liderança, mas a luta por igualdade de gênero continua sendo um desafio contínuo dentro do movimento.

Já o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é um movimento autônomo de mulheres rurais. A organização começou a se formar em meados dos anos 1980,

inicialmente com o nome de Organização de Mulheres da Roça (OMR). Esta organização foi protagonista na constituição do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR-RS) em 1989. Conforme destacam Samper-Erice e Charão-Marques (2017), ao longo da década de 1990, os movimentos sociais do campo foram aprofundando a discussão sobre as questões de gênero e recebendo mais influências das ideias feministas. Neste bojo, em março de 2004, vários movimentos de trabalhadoras rurais se unificaram e deram origem ao MMC-Brasil; com ele também surge o MMC-RS.

Desde sua criação, o MMC tem seguido a luta por direitos trabalhistas e sociais para as mulheres do campo, das águas e das florestas, como saúde, educação e previdência, além de combater a agricultura química e promover a Agroecologia. A constante vigilância para assegurar os direitos já obtidos e a demanda por justiça na distribuição de terras para aqueles que as cultivam são pilares fundamentais da agenda política do MMC. Entretanto, nos últimos anos, houve atualizações, incluindo a luta pela implementação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento da 'agricultura camponesa'. Esta abordagem abrange aspectos econômicos, sociais e culturais, buscando garantir que esta forma de agricultura seja sustentável e baseada em práticas agroecológicas (Samper-Erice e Charão-Marques, 2017).

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), por sua vez, assim como o MST, é um movimento misto, ou seja, composto por mulheres e homens. Foi fundado em 1996 e tem atuado com o propósito de defender a agricultura familiar e lutar pela soberania alimentar. A organização surgiu como uma resposta às políticas neoliberais que favoreciam o agronegócio em detrimento dos pequenos agricultores. De acordo com Radin e Corazza (2018), o principal objetivo do MPA é a produção de comida saudável para as próprias famílias que integram o movimento e também para todo o povo brasileiro, garantindo, assim, a soberania alimentar do país. Além disso, atua com o propósito de resgatar a identidade e a cultura camponesa, respeitando as diversidades regionais.

Com o objetivo de ampliar a participação das famílias no MPA, iniciou-se, em 2006, o processo de discussão sobre a realização de um trabalho específico com as mulheres, que daria origem ao Coletivo Nacional de Gênero. Desde a sua criação, o Coletivo tem sido responsável por propor reflexões sobre as relações de gênero dentro do movimento e

articular ações que deem conta de compreender a real situação produtiva e social das mulheres, a fim de criar planos de produção e comercialização que promovam sua independência econômica e uma melhor qualidade de vida.

Os relatos de experiência das dirigentes dos três movimentos citados nos permitiram traçar aproximações entre as estratégias adotadas pelas mulheres do MST, MMC e MPA com vistas a ampliar o protagonismo e lutar pela autonomia feminina no interior das organizações. Para preservar a identidade das entrevistadas, os nomes adotados são fictícios.

Ao desenvolverem atividades voltadas à reprodução de seus grupos familiares e de suas comunidades, as mulheres disputam espaços e apresentam pontos de vista próprios sobre os temas da produção de alimentos saudáveis e do desenvolvimento sustentável. Elas são portadoras de conhecimentos ancestrais que ressignificam e transformam suas práticas a partir das necessidades e mudanças ambientais e têm sido protagonistas, em cada um dos movimentos, na defesa de uma transição agroecológica que possibilite a reprodução da vida.

Agroecologia como alternativa de produção sustentável

A Agroecologia é indicada por diversos autores como um meio para transformar os sistemas agroalimentares a partir de uma perspectiva sustentável, enquanto ciência, prática e movimento social (Gliessman, 2018; Marcheti *et al*, 2023). Como aponta Gliessman (2018), esta ciência se desenvolveu como alternativa e resistência ao modelo industrial de agricultura, e seus fundamentos estão ancorados principalmente no conhecimento tradicional acerca do manejo dos recursos naturais, da preservação das sementes e dos ciclos produtivos da terra. Siliprandi (2009), por sua vez, afirma que a Agroecologia valoriza as atividades que tradicionalmente já são realizadas pelas mulheres, no âmbito dos sistemas de produção familiar, como o cultivo de hortas, pomares e de pequenos animais para consumo das famílias.

A relação de cuidado e de respeito com a terra, sementes, águas e com a natureza como um todo e, a partir dela, a produção de alimentos saudáveis, é apontada pelas mulheres camponesas entrevistadas como elemento base para a constituição de um novo modelo de

sociedade, baseada na produção sustentável. Para elas a Agroecologia não é apenas um modo de produção, mas um modo de vida, no qual os saberes tradicionais são valorizados, o ciclo da terra é respeitado e o cultivo de alimentos é feito de forma diversificada, numa relação de harmonia com a natureza.

Para o MMC a Agroecologia é um modo de vida que nos provoca a ver a relação da humanidade com a natureza de outra forma, porque acreditamos que a maneira como se produz os alimentos não está descolada dos princípios éticos de relacionamento entre seres humanos e entre ser humano e natureza. Assim, defendemos a Agroecologia a partir de uma lógica de respeito e cooperação, com uma visão integral, porque temos clareza de que as ações realizadas hoje no que diz respeito à utilização dos recursos naturais, vão gerar consequências para todos os seres vivos do planeta (Joana, dirigente do MMC).

É por meio da defesa da Agroecologia como modelo de produção sustentável que as mulheres camponesas que integram o MMC, MST e MPA no Rio Grande do Sul incorporam o tema das mudanças climáticas à sua agenda de lutas. Conforme destaca a dirigente do MMC:

O tema das mudanças climáticas tem aparecido cada vez mais em nossos debates e formações, sempre atrelado à luta pela mudança do paradigma do modelo de desenvolvimento do Brasil e do Rio Grande do Sul, que é agroexportador, que transforma tudo em mercadoria e destrói sistematicamente todos os biomas brasileiros com as fronteiras agrícolas. Entendemos que para avançar na luta por soberania alimentar com base na agroecologia e na produção de alimentos saudáveis é fundamental se adaptar às mudanças climáticas, com práticas ecológicas que combatam o aquecimento global (Joana, dirigente do MMC).

Os relatos das dirigentes apontam que no MST e no MPA, movimentos mistos formados por mulheres e homens, são principalmente as camponesas que provocam as discussões sobre os impactos das mudanças climáticas e tensionam para que o tema faça parte, cada vez em maior escala, das agendas de lutas.

Tenho clareza de que são principalmente as mulheres que estão pressionando para que esses temas entrem na pauta política do movimento. Mesmo que em âmbito de organização o MST já tenha avançado muito nessa discussão sobre a Agroecologia e o desenvolvimento sustentável e que quando ocorrem eventos climáticos todo mundo seja impactado dentro dos assentamentos ou acampamentos, as mulheres sempre são mais sensíveis à esses temas porque somos responsáveis por garantir a comida na mesa da família. Então somos principalmente nós que estamos levantando essa bandeira e dizendo que o movimento tem que ser intransigente na defesa de outro modelo de desenvolvimento, que seja agroecológico, sustentável e que preserve os recursos naturais (Paulina, dirigente do MST).

A maior participação feminina nos espaços de decisão dos movimentos mistos tem potencial de ampliar os debates sobre a produção agroecológica como uma alternativa de desenvolvimento sustentável que mitigue os efeitos do aquecimento global, como é possível observar na fala da dirigente do MPA:

O que pude observar ao longo dos anos e que posso afirmar com certeza é que quanto mais mulheres temos nos espaços de direção do movimento, mais forte é o debate sobre a Agroecologia. Nós mulheres temos contribuído para o crescimento e o amadurecimento do movimento, defendendo a agroecologia como um instrumento potente na disputa por um outro modelo de Agricultura no campo, capaz de preservar os recursos naturais e diminuir os efeitos do aquecimento global. Como dizemos nos nossos espaços, nós recebemos este legado pelas bruxas, mulheres negras camponesas escravizadas que subverteram a ordem estabelecida para viver, produzir alimentos e não deixar que suas famílias morressem de fome (Ana, dirigente do MPA).

É importante destacar que para as camponesas, a exploração da natureza está intrinsecamente ligada à exploração da mulher. Elas observam que quanto mais os recursos naturais são explorados e apropriados pelo capitalismo com a finalidade de gerar lucro, mais os saberes tradicionais e o trabalho produtivo/reprodutivo realizado por elas são desvalorizados e invisibilizados. Implementar um modo de vida agroecológico e construir a soberania alimentar, por outro lado, significa dar lugar à construção de uma agricultura que precisa ser reconectada com a natureza e com todos e todas que vivem no território (Calaça; Conte; Cinelli, 2018), significa reconhecer a complementaridade dos papéis desempenhados por todos os seres e, conseqüentemente, a criação de relações de igualdade, livres de subordinação, tanto entre os gêneros quanto entre os seres humanos e a natureza.

A preservação das sementes crioulas

Uma ferramenta apontada pelas dirigentes entrevistadas como imprescindível para o desenvolvimento da Agroecologia e, por consequência, para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas é a preservação das sementes crioulas. Conforme destaca Pulga (2014), ao longo da história da humanidade, as mulheres camponesas assumem o papel de guardiãs das sementes, aspecto que possibilita às comunidades camponesas a diversidade de cultivos. As trocas de sementes e mudas de uma enorme variedade de espécies,

possibilitadas pela ação de preservação protagonizada pelas mulheres, permitiu a recuperação e multiplicação das espécies crioulas, visto que muitas delas se perderam devido ao modelo de agricultura baseado no agronegócio, que aposta na utilização massiva de agrotóxicos e destrói os policultivos regionais.

Conforme aponta a dirigente do MPA:

As mulheres camponesas são frequentemente vistas como guardiãs das sementes, desempenhando um papel crucial na conservação da biodiversidade agrícola. O trabalho que fazemos de selecionar, preservar e trocar sementes garante a continuidade de variedades tradicionais e locais. A prática de conservação de sementes preserva a diversidade genética e permite o desenvolvimento da Agroecologia (Ana, dirigente do MPA).

A preservação das sementes crioulas é uma das principais pautas políticas do MPA desde sua fundação. Nessa seara, o movimento desenvolve uma série de atividades em torno da soberania genética que envolve o resgate, manutenção e conservação, melhoramento, produção e distribuição de sementes crioulas, envolvendo as famílias camponesas e as comunidades inseridas nos territórios, a partir do Plano Nacional de Sementes (Almeida, 2020). Esse plano tem como propósito massificar o acesso às sementes crioulas disponíveis, tanto pelas famílias camponesas, quanto pelas comunidades, a fim de constituir um polo de resistência ao avanço dos transgênicos nos sistemas de produção dos camponeses.

Muraca (2018) destaca que as sementes crioulas foram adotadas pelos movimentos sociais comprometidos com a Agroecologia como um símbolo fortemente evocativo da resistência camponesa numa época de monopólios das sementes transgênicas, um símbolo em que se articulam justiça social e ecológica. O tema também é um dos eixos de atuação do MMC, que lançou, ainda em 2002, o Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças e, desde então, desenvolve campanhas e formações com foco na recuperação dessas sementes. Em 2020, o movimento deu início a campanha nacional “Sementes de Resistência: camponesas semeando esperança, tecendo transformação”, que teve um caráter educativo, mas também de denúncia da crise econômica, social e ambiental que resultou na pandemia da COVID-19.

Conforme destaca a dirigente do MMC, ao lutar pela preservação e conservação das sementes crioulas, as mulheres garantem a soberania alimentar das famílias e a preservação ambiental.

São as mulheres que têm se mantido guardiãs das sementes, responsáveis por ações de proteção das nascentes, da fauna e da flora. Por causa do trabalho com as sementes percebemos que aquilo que é tratado como “miudeza”, que são os mantimentos para o consumo próprio, na verdade é grandeza, pois além de garantir comida para as famílias, gera renda e mantém o ambiente equilibrado. As iniciativas de recuperação de sementes crioulas passam cada vez mais pelas mãos das mulheres, pelo nosso trabalho, que desenvolvemos em favor da natureza e do meio ambiente (Joana, dirigente do MMC).

A relação entre a conservação das sementes crioulas e a manutenção dos recursos naturais – e, em uma escala maior, a manutenção da vida –, também está presente na fala da dirigente do MST:

As sementes crioulas são mais do que grãos. São a voz dos que resistem, têm uma conexão profunda com a terra e nossa identidade. Cuidar delas é preservar nossa história, é uma forma de resistir ao sistema capitalista que busca nos tornar dependentes dos agrotóxicos e dos venenos. No MST defendemos um projeto político de vida, que respeite a natureza e todos os seus recursos. Que entenda que se não cuidarmos da terra, nosso único caminho é a morte enquanto humanidade (Paulina, dirigente do MST).

Os sistemas agroflorestais

Os sistemas agroflorestais (SAFs), ou, simplesmente, agroflorestas, também emergiram nos relatos das entrevistadas como mecanismos com potencial para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Eles podem ser definidos como um sistema de manejo sustentável da terra, que busca aumentar a produção de forma geral, combinando culturas agrícolas com árvores e plantas da floresta, simultânea ou sequencialmente. Conforme destaca Micollis (2016):

As agroflorestas se baseiam na dinâmica, na ecologia e na gestão de recursos naturais que, por meio da integração de árvores na propriedade e na paisagem agrícola diversificam e sustentam a produção com maiores benefícios sociais, econômicos e ambientais para todos aqueles que usam o solo (Micollis *et al.*, 2016, p. 22).

No Rio Grande do Sul, mas também no Brasil como um todo, o MST tem sido protagonista nas discussões sobre as agroflorestas. Em 2020, o movimento lançou o Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”, que tem como principais

objetivos plantar 100 milhões de árvores em dez anos, a partir dos sistemas agroflorestais, nas escolas do campo, cooperativas, centros de formação técnica, praças, avenidas e nas cidades; fortalecer a produção de alimentos saudáveis nas áreas de assentamentos e acampamentos do MST e denunciar o modelo destrutivo do agronegócio e seus impactos ao meio ambiente. Até junho de 2024, foram 25 milhões de árvores plantadas e 15 mil hectares recuperados¹.

O Plano amplia as discussões que ganharam mais força no movimento a partir de 2016, quando o MST de Minas Gerais iniciou o programa estadual “Semeando Agroflorestas”. Até 2020 a iniciativa tinha implantado 30 unidades de Sistemas Agroflorestais em cinco assentamentos do estado, correspondendo a uma área total de 20 hectares de agrofloresta. Nelas, foram plantadas mais de cinco mil mudas de espécies arbóreas, o que correspondeu a uma produção de seis toneladas de alimentos orgânicos por mês, entre frutas e hortaliças (MST, 2020).

Com a intensificação das experiências de agroflorestas dentro do movimento fica cada vez mais claro para nós que é possível sim produzir alimentos sem precisar desmatar, sem precisar abrir mão da presença das árvores, vamos dizer assim, e de todos os benefícios que elas nos oferecem (Paulina, dirigente do MST).

Em seu relato, a dirigente do MST destaca sua compreensão sobre o impacto diferenciado que a implantação das agroflorestas nos territórios tem na vida das mulheres. De acordo com ela:

Quando a gente faz memória dessa ligação direta que as mulheres têm com a terra, com a natureza, por ambas serem geradoras de vida, a gente entende que as agroflorestas são sentidas pelas mulheres de uma forma diferente. É como se tivéssemos a possibilidade de sentir a cura, porque cada árvore plantada cura um pouco a terra e cada alimento saudável produzido e consumido, longe dos venenos, cura um pouco nossas famílias e comunidades (Paulina, dirigente do MST).

Para o MMC, a vivência da agrofloresta caminha lado a lado com os quintais produtivos – espaços de terra localizados próximos às residências que congregam horta, pomar, jardim ou policultivos, cultivo consorciado e sistemas agroflorestais com grande diversidade de

¹ Atualizações periódicas sobre o número de árvores plantadas, viveiros criados e hectares recuperados estão disponíveis em: <https://mst.org.br/especiais/plantar-arvores-produzir-alimentos-saudaveis>.

plantas medicinais, alimentícias, frutíferas e a criação dos pequenos animais. Conforme destaca a dirigente:

O trabalho dos quintais produtivos é coordenado e manejado principalmente por mulheres. É uma produção que apresenta custos baixos porque não depende de insumos, como fertilizantes industriais. Tudo é realizado com insumos do próprio quintal, com sementes crioulas, a adubação é feita com os estercos dos animais, compostos, adubação verde garantida pelas árvores frutíferas plantadas no mesmo espaço. É um sistema que defendemos muito porque além de ser sustentável não contamina a área, a água, o ar (Joana, dirigente do MMC).

O feminismo camponês e popular como estratégia política para o desenvolvimento sustentável

O feminismo camponês e popular se define como uma teoria social e um projeto político em construção da Articulação de Mulheres da Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC), um dos principais pilares da Via Campesina (Barbosa, 2019). Essa perspectiva feminista vem sendo construída pelas próprias mulheres camponesas como uma proposta teórico-metodológica que pretende congregiar as lutas travadas por elas há muitos anos, em busca de reconhecimento e valorização. Esse feminismo sublinha, de modo especial, o papel central das mulheres na produção de alimentos, na conservação dos recursos naturais e na sustentação das comunidades rurais.

Conforme apontado por Lazzaretti (2021), a defesa da Agroecologia como modo de vida e de produção sustentável está entre as principais bandeiras de luta do feminismo camponês e popular. Isso porque, ao valorizar os saberes e práticas das mulheres, reconhecendo sua contribuição essencial para o desenvolvimento de sistemas agrícolas sustentáveis, a Agroecologia cria oportunidades para o empoderamento feminino, permitindo que as mulheres participem de forma ativa nas decisões sobre a produção agrícola, o uso da terra e a gestão dos recursos naturais. Isso fortalece a autonomia das mulheres e contribui para a construção de relações mais justas dentro dos movimentos sociais que elas integram, das famílias e das comunidades rurais de um modo geral.

O depoimento da dirigente do Movimento de Mulheres Camponesas evidencia o quanto o feminismo camponês e popular vem sendo utilizado como estratégia política para fortalecer a autonomia das mulheres, encorajando-as a disputar os rumos da produção familiar.

Com o feminismo que estamos construindo, que é camponês e popular, que tem como uma de suas principais bandeiras de luta a defesa da Agroecologia como forma de desenvolvimento sustentável, nós temos cada vez mais coragem de nos expressar, de dar nossa opinião dentro de casa, de definir os rumos da produção da família. No MMC, a defesa do nosso feminismo nos desperta cada vez mais para os quintais produtivos, as plantas medicinais, a produção ecológica e as sementes crioulas (Joana, dirigente do MMC).

Para as dirigentes do MST e do MPA, adotar o feminismo camponês e popular como estratégia política é indispensável. Em seus depoimentos, elas destacam os desafios enfrentados pelas mulheres que integram movimentos mistos. Ainda que ambas organizações já tenham avançado consideravelmente no debate sobre relações igualitárias de gênero – fruto da organização e luta das mulheres, é importante dizer –, ainda existem barreiras estruturais para que as camponesas possam ter voz ativa quando se discutem os rumos produtivos.

No MST o setor de produção foi por muito tempo espaço de homem. Com muita luta, conseguimos avançar nesse debate das relações de gênero e garantir paridade nesse espaço. Mas ainda assim, nem sempre as mulheres são ouvidas. A opinião da mulher sobre a produção sempre precisa ser mais validada para ser adotada. Então quando a gente se reafirma como feminista camponesa, questionamos também esse papel, lutamos por paridade nos espaços e por igualdade, para termos nossas opiniões ouvidas, respeitadas e consideradas importantes (Paulina, dirigente do MST).

A luta das mulheres camponesas por espaço e reconhecimento dentro dos movimentos sociais vai além da reivindicação por paridade: ela transforma as formas de produção e organização no campo. Se, por um lado, no MST as mulheres enfrentam o desafio de terem suas vozes plenamente ouvidas e respeitadas na produção, no MPA elas protagonizam a incorporação da Agroecologia como uma alternativa sustentável para a alimentação e a saúde das famílias. Em ambos os casos o feminismo camponês e popular aparece como uma ferramenta de questionamento e transformação, impulsionando a participação ativa das mulheres, como aponta a dirigente:

Por causa do papel de cuidadora que nos é atribuído historicamente, também somos as primeiras a nos preocuparmos com a saúde e o bem estar de nossas famílias, que começa com a alimentação. Em razão disto, somos pioneiras em trazer a agroecologia para os nossos territórios, iniciando com experiências de pequenos cultivos ao redor de casa. Através da construção do feminismo camponês e popular nós pressionamos para que o MPA desenvolva formas de trabalho, produção e cooperação, de controle e de acesso aos recursos naturais essenciais à sua reprodução, com a participação coletiva das mulheres e jovens (Ana, dirigente do MPA).

Podemos inferir, a partir dos depoimentos das dirigentes, que o feminismo camponês e popular, ao passo em que vai sendo construído e ganhando solidez no interior das organizações, também tem encorajado as mulheres a disputar os rumos produtivos, seja junto à família, como é o caso do MMC, seja no seio dos movimentos, como acontece com o MST e o MPA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises empreendidas neste estudo evidenciam que as mulheres camponesas desempenham um papel fundamental na mitigação das mudanças climáticas no Rio Grande do Sul, atuando como protagonistas na implementação de práticas agroecológicas, na preservação das sementes crioulas e na adoção de sistemas agroflorestais. A partir dos relatos de experiência das dirigentes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), verifica-se que a luta dessas mulheres transcende a questão ambiental, articulando-se à busca por equidade de gênero, justiça social e soberania alimentar.

Os resultados apontam que as mulheres camponesas tensionam a estrutura patriarcal ainda presente dentro dos movimentos sociais e das unidades produtivas familiares, reivindicando maior participação nos espaços decisórios e disputando o reconhecimento de seus saberes como essenciais para a sustentabilidade do campo. Por meio da defesa da Agroecologia, da implementação de quintais produtivos e da recuperação de policultivos regionais, essas mulheres constroem alternativas ao modelo hegemônico do agronegócio, baseado na monocultura e no uso intensivo de agrotóxicos. Assim, elas consolidam a produção sustentável como estratégia política para a manutenção da biodiversidade e da segurança alimentar.

O estudo também demonstra que o feminismo camponês e popular emerge como um eixo estruturante dessa luta, na medida em que fortalece a autonomia das mulheres e amplia sua influência sobre a organização produtiva e social de suas comunidades. Os depoimentos analisados indicam que, nos movimentos mistos, como MST e MPA, as mulheres enfrentam desafios adicionais para garantir que suas perspectivas sejam plenamente incorporadas às decisões coletivas, ainda que tenham conquistado avanços

significativos na paridade de representação. Já no MMC, movimento exclusivamente feminino, a Agroecologia é compreendida como um modo de vida que reconecta a produção agrícola às relações de cuidado, respeito à natureza e reprodução da vida, ampliando o entendimento sobre desenvolvimento sustentável.

A relação entre a exploração da natureza e a subordinação das mulheres, destacada na literatura e presente nos relatos das entrevistadas, confirma que a destruição ambiental não pode ser dissociada das desigualdades sociais e de gênero. A preservação das sementes crioulas, por exemplo, não é apenas uma estratégia de resistência contra o monopólio das sementes transgênicas, mas também um símbolo da autonomia produtiva e da valorização dos saberes femininos no campo. Da mesma forma, a implementação de sistemas agroflorestais demonstra que a produção agrícola pode ser integrada à conservação ambiental, desmistificando a ideia de que a expansão da agricultura necessariamente implica na degradação dos ecossistemas.

Com base nas entrevistas analisadas, conclui-se que a luta das mulheres camponesas por reconhecimento e autonomia está diretamente associada à construção de alternativas para o desenvolvimento sustentável. Suas práticas e saberes desafiam a lógica produtivista do agronegócio e reafirmam que um modelo agrícola baseado na Agroecologia, na diversidade produtiva e no respeito aos territórios é essencial para mitigar os impactos das mudanças do clima.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às mulheres lideranças do MMC, MST e MPA do Rio Grande do Sul pela disponibilidade em compartilhar histórias de vida e participar desta pesquisa.

Copyright (©) 2025 - Vanesa Lazzaretti.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Suenia. C. R. de. O legado da concentração de terra no Brasil e seus efeitos sobre a soberania alimentar: o caso da produção de sementes crioulas do MPA. **Revista Nera**, v. 23, n. 55, set./dez. 2020.
- AYMOREÉ, Débora. O ecofeminismo e a relação entre natureza e mulher. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 17, n. 1, p. 175-192, 2020.

- BARBOSA, Lia. P. Florescer dos Feminismos nas Lutas das Mulheres Indígenas e Camponesas da América Latina. **NORUS**, Pelotas, v. 7, n. 11, p. 197 – 231, Jan/Jul 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- CALAÇA, Michela, K. A. S.; CONTE, Isaura. I.; CINELLI, Catiane. Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 3, n. 4, p. 1156 – 1183, Set/Dez 2018.
- DAZA, Vanessa.; LIPPI, Ariana. A. “Two Fights in One: Feminism and Environmentalism”, site da organização Dejusticia. 22/04/2019. Disponível em <https://www.dejusticia.org/en/column/two-fights-in-one-feminism-and-environmentalism/> Acesso em: 10 fev. 2025.
- DI CIOMMO, Regina C. Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade. Universidade Estadual de Passos - Minas Gerais, **Estudos Feministas**, v. 11, n. 2, jul-dez, 2003.
- FAO. The State of Food and Agriculture 2010-2011: **Women in Agriculture - Closing the Gender Gap for Development**. Rome: FAO, 2011.
- FURLIN, Neiva. A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S. (Org) **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 260-277.
- GASPARETO, Sirlei. A. K.; MENEZES, M. A. As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S. (Org) **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. [S.l.: s.n.], 2015. p. 315-316.
- GLIESSMAN, Steve. R. Defining Agroecology. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 42, n. 6, p. 599-600, 2018.
- IPCC. Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.
- JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. W. Entrevista Narrativa. In: Bauer Martin. W., Gaskell George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.
- LAZZARETTI, Vanesa. **Ressignificar para reconhecer: o feminismo camponês e popular no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2021. 115 f.
- MARCHETTI, Fábio F. *et al.* Agroecologia: ciência, movimento político e prática social para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 388-415, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.33240/rba.v18i1.23714>. Acesso em: 12 fev. 2025.
- MARTINS, Sérgio R. *et al.* Mudanças climáticas e vulnerabilidade na agricultura: desafios para desenvolvimento de estratégias de mitigação e adaptação. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 17-27, set. 2010. Disponível em: https://www.rbciamb.com.br/Publicacoes_RBciAMB/article/view/376 . Acesso em: 10 fev. 2025.
- MICCOLIS, Andrew *et al.* **Restauração ecológica com sistemas agroflorestais: como conciliar conservação com produção**. Opções para Cerrado e Caatinga. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPNU); Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal (ICRAF), 2016. 266 p. ISBN 978-85-63288-18-9.
- MIES, Maria.; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo: teoria, crítica y perspectivas**. Barcelona: Icaria, 1997.
- MILANÉS, Olga A. G. Agricultura familiar y la adaptación al cambio climático en COAPROCOR - Paraná, Brasil. In: SOUSA, Carla S.; LIMA, Francisco S.; SABIONI, Sayonara C. (Org.) **Agroecologia: métodos e técnicas para uma agricultura sustentável**. Volume 1. Juiz de Fora: UFJF, 2023. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.37885/201102259>. Acesso em: 17 jan. 2025.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. MST e a produção de alimentos saudáveis nas agroflorestas. MST, 11 set. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/09/11/artigo-mst-e-a-producao-de-alimentos-saudaveis-nas-agroflorestas/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

MURACA, Mariateresa. É a partir dessa sementinha que nós vamos avançando. As práticas agroecológicas do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC / SC). Florianópolis, **Revista Internacional Interdisciplinar em Ciências Humanas - INTERthesis**, v. 15, n. 1, p. 75-91, 2018.

NAVARRO, Zander. Um estudo sobre a gênese e a história do MST. In: FERNANDES, Bernardo M.; MEDEIROS, Leonilde S.; PAULILO, Maria Ignez (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas**. Brasília: NEAD, 2009. p. 37-38.

OLIVERA, Margarida *et al.* **A dimensão de gênero no Big Push para a sustentabilidade no Brasil: as mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira**. Documentos de Projetos (LC/TS.2021/6; LC/BRS/TS.2021/1). Santiago; São Paulo: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2021. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/46643>. Acesso em: 09 jan. 2025.

PASQUALI, Victória M. **Gênero e mudanças climáticas: a vulnerabilidade das mulheres frente aos riscos ambientais**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Taquari, área de Ciências Ambientais, Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Lajeado, 2023. 104 f.

PULEO, Alicia. H. Libertad, igualdad, sostenibilidad. Por un ecofeminismo ilustrado. **Isegoría**, n. 38, p. 39-59, 2008.

PULGA, Vanderleia. L. **Mulheres camponesas plantando saúde, semeando sonhos, tecendo redes de cuidado e de educação em defesa da vida**. 2014. 197 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/115967>. Acesso em: 12 de jun. 2024.

RADIN, José C.; CORAZZA, Gentil. Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). In: _____. **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense [online]**. Chapecó: Editora UFFS, 2018, pp. 108-109. ISBN: 978-85-64905-65-8. <https://doi.org/10.7476/9788564905658.0025>.

ROMANELLO, Marina *et al.* The 2021 report of the Lancet Countdown on health and climate change: code red for a healthy future. **The Lancet**, London, v. 398, n. 10311, p. 1619-1662, 2021. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(21\)01787-6](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(21)01787-6). Acesso em: 11 jan. 2025.

SAMPER-ERICE, Adriana; CHARÃO-MARQUES, Flávia. Mulheres camponesas, discursos e práticas para outro desenvolvimento. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 2, p. 683-705, maio de 2017.

SILIPRANDI, Emma. C. Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 3, p. 114-116, 2009. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbagroecologia/article/view/49042>. Acesso em: 28 jan. 2025.

TOL, Richard. S. J. The economic impacts of climate change. **Review of Environmental Economics and Policy**, v. 12, n. 1, p. 4-25, 2018.

UNDP - United Nations Development Programme. Estrategia de igualdad de género 2022-2025. Nova York: PNUD, 2022. Disponível em: <https://www.undp.org/es/publicaciones/estrategia-de-igualdad-de-genero-del-pnud-2022-2025>. Acesso em: 08 dez. 2024.

_____. Resource guide on gender and climate change. Nova York: UNDP, 2009. Disponível em: <https://www.undp.org/publications/resource-guide-gender-and-climate-change>. Acesso em: 08 dez. 2024.

VERGES, João V. G.; NUNES, João O. R. Mudanças climáticas e movimentos sociais do campo. **Geografia**, Londrina, v. 27, n. 2, p. 29-49, 2018.